

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E GESTORES COMO MISSÃO: CONTRIBUIÇÕES DO CURSO DE PEDAGOGIA NA CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL ADVENTISTA NO BRASIL

  Giza Guimarães Pereira Sales ^{1,*}

RESUMO

Este artigo retrata aspectos de pesquisa acadêmica sobre as contribuições do primeiro curso de Pedagogia vinculado à Igreja Adventista do Sétimo Dia no Brasil. Trata-se de uma abordagem qualitativa, bibliográfica e documental, centrada em perspectiva histórica, fundamentada nos pressupostos da história cultural. Os procedimentos de coleta de dados concentraram-se em entrevistas, relatos orais, questionários e análise de documentos institucionais que estavam de alguma maneira relacionados à criação da Faculdade Adventista de Educação durante o período em que essa faculdade foi fundada e representava o único curso de formação de professores e gestores de nível superior ligado à Igreja Adventista do Sétimo Dia no país. Os resultados obtidos indicaram que a Faculdade Adventista de Educação se tornou um locus privilegiado para formar os profissionais da educação, especialmente professores e gestores, e exerceu papel significativo na consolidação do sistema de educação básica adventista no Brasil, uma vez que veio reforçar o quadro das pessoas que iriam atuar nessas escolas nas décadas seguintes à sua implantação..

Palavras-chave: Ensino Superior. Educação Adventista. Formação de Professores.

¹ Doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho. Atua como docente no Mestrado Profissional em Educação no Centro Universitário Adventista de São Paulo.

***Autor correspondente:**
giza.sales@unasp.edu.br

Submissão: 03/2023
Aceite: 12/2023

Como citar

SALES, G. G. P. Formação de professores e gestores como missão: contribuições do curso de pedagogia na consolidação do sistema educacional adventista no brasil. *Práxis Teológica*, volume 19, número 1, e-2054, 2023. DOI: <https://doi.org/10.25194/2317-0573.2023v19n1.e2054>.



ABSTRACT

This article portrays aspects of academic research on the contributions of the first Pedagogy course linked to the Seventh-day Adventist Church in Brazil. It is a qualitative, bibliographic and documentary approach, centered on a historical perspective, based on the assumptions of cultural history. Data collection procedures focused on interviews, oral reports, questionnaires and analysis of institutional documents that were in some way related to the creation of the Faculdade Adventista de Educação during the period in which this college was founded and represented the only training course of higher education teachers and managers linked to the Seventh-day Adventist Church in the country. The results obtained indicated that the Adventist College of Education became a privileged locus for training education professionals, especially teachers and managers, and played a significant role in consolidating the Adventist basic education system in Brazil, as it reinforced the framework of people who would work in these schools in the decades following their implementation.

Keywords: Higher education. Adventist Education. Teacher training.

INTRODUÇÃO

O presente artigo retrata aspectos de pesquisa acadêmica sobre as contribuições do primeiro curso de Pedagogia – a Faculdade Adventista de Educação (FAED) – vinculado à Igreja Adventista do Sétimo Dia (IASD) no Brasil, durante o período em que essa faculdade foi criada e representava o único curso de formação de professores e gestores de nível superior ligado a essa igreja no país.

Buscando maior aprofundamento e melhor esclarecimento ao leitor, apresentamos a tentativa de escrita de “outra história”, no sentido atribuído por Certeau (1994), uma vez que esse autor considera relevante contar a história na perspectiva de “outros” sujeitos, ou seja, “dar voz” àqueles por vezes silenciados, aos “excluídos” da história oficial. Nessa perspectiva, Thompson dialoga com Certeau quando menciona a importância de evidenciar a “história vista de baixo” (THOMPSON, 1966, apud BURKE, 1992), pois procura mostrar um ângulo do discurso poucas vezes levado em conta, trazendo ao centro do debate os que a priori não teriam voz devido ao fato de sua participação não estar em evidência, como sujeitos de destaque no processo histórico. Assim, o autor coloca sua ênfase no aspecto social, focando o olhar diferenciado para o que não foi explicitado, uma história que poderíamos chamar de “lacunar”, segundo suas formulações, ao perceber a relevância de olhar para a história que ainda não foi contada (THOMPSON, 1981, apud FARIA FILHO; BERTUCCI, 2009).

Da mesma forma, é possível perceber uma estreita aproximação com o que Ginzburg (1972, apud PALLARES-BURKE, 2000) chama de micro-história, pois também procura trazer à tona os acontecimentos e fatos percebidos por sujeitos comuns na sua vida cotidiana para fazer frente aos grandes acontecimentos e percepções retratados na história oficial.

Os procedimentos de pesquisa e análise de dados, fontes e documentos empreendidos favoreceram o contato com alunos e alunas egressos do curso de Pedagogia/FAED e permitiram afirmar que ele era composto por uma maioria de estudantes provenientes de outras regiões do Brasil, e não apenas do Estado de São Paulo. Essa diversidade provavelmente está relacionada ao internato, que recebia alunos e alunas de diversas localidades do país e do mundo. Obviamente, soma-se a isso a vinculação com a confessionalidade adventista que certamente era um fator preponderante e incentivador, muito embora a instituição fosse aberta a pessoas de diversas confissões religiosas ou

mesmo àquelas não vinculadas a religião alguma.

Os resultados alcançados permitiram apontar que a Pedagogia/FAED se tornou um locus privilegiado para formar os profissionais da educação, especialmente professores e gestores. Além disso, exerceu papel significativo na consolidação do sistema de educação básica adventista no Brasil, uma vez que veio reforçar o quadro de pessoas que iriam atuar nessas escolas nas décadas seguintes à sua implantação (1973), especialmente quando a legislação educacional brasileira fazia exigências à educação básica as quais a rede adventista, da maneira como estava estruturada, não conseguiria atender naquele momento. Dessa forma, muitas escolas precisaram se adequar, e, nesse sentido, a FAED ofereceu grande contribuição, pois pôde protagonizar a formação de professores e gestores, bem como o provimento desses profissionais para as diversas escolas, conforme as exigências legais e com perfil filosófico alinhado às crenças adventistas.

De fato, a implantação de um curso de Pedagogia no contexto da educação adventista no Brasil no início da década de 1970 era ansiosamente aguardada pela comunidade adventista, pois viria a se tornar uma representação tangível, um marco histórico, um divisor de águas na história de um sistema educacional fundamentado nos princípios bíblico-cristãos propagados pelos pioneiros e disseminados nos escritos de Ellen White.

Desde que os primeiros missionários adventistas chegaram ao Brasil no final do século XIX, primeiramente na Região Sul e posteriormente se expandindo às demais, eles trabalharam no sentido de criar escolas voltadas à formação de missionários e outras com foco no ensino da leitura e escrita aos filhos dos fiéis e recém-conversos; dessa forma, aplacavam também a preocupação de preservar as crianças das influências do mundo secular. Nesse contexto, foi fundada no ano de 1896 em Curitiba (PR) a primeira escola adventista do Brasil. A partir dela, muitas outras escolas paroquiais foram surgindo, consolidando a difusão dos princípios filosófico-educacionais “educar e salvar”. Escolas e colégios adventistas começaram a ser estabelecidos e a se espalhar por todo o país, dentre eles os internatos, cujo especial propósito era formar pastores e professores para cumprir a missão de “ir e pregar a todo o mundo” (SALES, 2022).

A formação docente foi uma prática da IASD desde o início do século XX com o oferecimento do Curso Normal no antigo Seminário Adventista / Colégio Adventista Brasileiro (CAB) – que posteriormente passou a se chamar Instituto Adventista de Ensino (IAE) e, depois, Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP). Entretanto, apenas no ano de 1973 ocorreu, de fato, a criação do primeiro curso de formação docente em nível superior, a FAED, reconhecidamente o primeiro curso de Pedagogia da rede adventista no Brasil.

Essa instituição foi concebida com a missão de formar educadores em seu sentido estrito e mais completo possível, ou seja, professores e especialistas da educação responsáveis pela gestão escolar (orientadores, coordenadores e diretores escolares, conforme preconizava a legislação da época) comprometidos com a propagação dos valores bíblico-cristãos e alinhados com a filosofia educacional adventista cujos pontos centrais concentram-se na tríade basilar do serviço de Cristo: curar, salvar e educar.

Faz parte da filosofia adventista o entendimento de que a educação é muito mais do que avanço nos estudos e conhecimento das ciências, mas trata-se de uma relação de desenvolvimento de todas

as faculdades do ser humano: físicas, mentais e espirituais (WHITE, 2007). Assim, em uma primeira fase de seus esforços para a expansão da obra educacional, a IASD investiu na criação de escolas paroquiais, sustentando a ideia de que cada igreja deveria abrigar uma. Na fase seguinte, vimos um aumento quantitativo delas, alguns momentos de reorganização e adequação às estruturas exigidas pela legislação brasileira até atingir a condição de ser uma grande rede de educação básica. Nesse processo de crescimento e de adequação à legislação (principalmente à Lei n. 5.692/1971), a Igreja Adventista se deparou com a necessidade de formação de professores e gestores com nível superior que atendessem plenamente aos seus objetivos e necessidades, tanto no que se refere à cosmovisão quanto ao profissionalismo necessário no desempenho dessas funções.

Portanto, a criação da Faculdade de Pedagogia/FAED veio trazer um novo status ao nível educacional da rede adventista. Isso porque havia, de fato, naquele momento histórico, uma grande necessidade de formação de professores imbuídos dos princípios filosófico-educacionais adventistas: formar docentes e demais especialistas da educação, promover boa educação, levar as pessoas a um encontro salvífico e restaurador e a se tornarem mais semelhantes ao Deus criador e Salvador.

Assim, o curso de Pedagogia/FAED surgiu com o escopo de formar educadores com o adequado conhecimento bíblico e da doutrina adventista, conhecimento teórico-prático e pedagógico necessário ao desempenho da função, aptos a exercer suas profissões, não apenas nas escolas adventistas, mas também nos diversos setores educacionais vinculados à instituição, bem como em outros estabelecimentos de ensino, públicos ou privados.

A IASD tem como marca e objetivo a propagação do evangelho e cumpre essa missão não somente pela disseminação dos princípios bíblicos e doutrinários da sua fé. Ela agrega também o atendimento e cuidado com a saúde, a assistência social e a educação, entendida como a formação integral do ser humano (corpo, intelecto e espiritualidade) (SALES, 2022). Nessa perspectiva, também tem se dedicado ao estabelecimento de clínicas e hospitais, consultórios médico-odontológicos e “lanchas missionárias” que oferecem atendimento dessa natureza pelos rios da Amazônia, dentre outras iniciativas médico-missionárias e assistenciais em locais mais necessitados. Visando a formar profissionais para o desempenho dessas atividades, o IAE, que já ministrava cursos na área da saúde, passou em 1969 a oferecer o curso de Enfermagem em nível superior por meio da Faculdade Adventista de Enfermagem (FAE).

Quanto à pregação do evangelho da Palavra propriamente dita, a formação de ministros tem sido realizada pela Faculdade Adventista de Teologia (FAT), mantida pelo Seminário Adventista Latino-Americano de Teologia (SALT), que atualmente também é reconhecida pelo MEC.

Portanto, no cumprimento da missão de pregar a mensagem da salvação (salvar, curar e educar), a IASD, ao longo de toda a sua trajetória missionária, tem compreendido o papel relevante da preparação de seus ministros e missionários e, conseqüentemente, se dedicado à implantação desses cursos de formação. Nesse sentido, a missão se amplia e ganha legitimidade à medida que a Igreja decide formalizar e regularizar suas escolas.

UM PANORAMA SOBRE AS CONDIÇÕES DO SISTEMA EDUCACIONAL ADVENTISTA EM SEUS PRIMÓRDIOS

O crescimento do sistema educacional adventista no Brasil foi notável desde o início do século XX até os anos de 1950. Contudo, a partir dessa década, iniciou-se uma fase de declínio que perdurou até o final dos anos de 1960. Em um estudo sobre a chegada dos adventistas ao continente sul-americano, Azevedo (2004) explicita que, de 1906 até 1939, o aumento na quantidade de escolas no Brasil ultrapassou o do número de igrejas.

De acordo com Greenleaf (2011) e Menslin (2015), as décadas subsequentes testemunharam um crescimento significativo, tanto em termos de número de igrejas e membros quanto de escolas. Muitas dessas instituições educacionais eram classificadas como “escolas paroquiais”, pois se estabeleciam nas dependências da igreja; tinham como foco principal atender às necessidades educacionais dos filhos dos servidores e dos membros da Igreja Adventista, embora também estivessem abertas à comunidade em geral.

Para Azevedo (2004, p. 35) o marcante crescimento desse período deveu-se ao compromisso dos líderes da denominação com o “ideal adventista de que junto a cada igreja deveria haver também uma escola. Esse ideal é na realidade um dos pilares da Reforma Protestante”, onde todos os filhos de famílias cristãs deveriam mandar seus filhos para as escolas. (MENSLIN, 2015 p. 675).

Os dados a seguir destacam uma informação bastante significativa. A partir de 1940, houve um notável aumento no número de igrejas que incorporavam escolas. O ponto máximo ocorreu em 1950, quando a quantidade de escolas ultrapassou a de igrejas, registrando um marcante índice de 116,5% de escolas em relação ao número de igrejas. No entanto, a partir de 1955, conforme mencionado anteriormente, observou-se uma queda nessa proporção, quando o percentual de escolas diminuiu para 93,3% em relação ao número de igrejas. Esse padrão de redução persistiu até atingir o valor mínimo na década de 1970, com 54,5% de escolas em relação ao número de igrejas (AZEVEDO, 2004).

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL: CONTEXTO HISTÓRICO E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961), responsável pela organização do sistema educacional brasileiro, não exigiu mudanças substanciais para a educação adventista à época. Seguindo as disposições legais, a estrutura educacional resumida compreendia: Ensino Primário, com um mínimo de quatro séries (artigo 26), sendo obrigatório para crianças a partir dos 7 anos (artigo 27); e Ensino Médio, composto por dois ciclos, o Ginásial e o Colegial (artigo 34), que poderia ser Ensino Secundário (artigo 44), Técnico (artigo 47) e de Formação de Professores (artigo 52). A formação de professores, nessa lei, se dava por meio do ensino

normal, que

[...] tinha por fim a formação de professores, orientadores, supervisores e administradores escolares destinados ao ensino primário, e o desenvolvimento dos conhecimentos técnicos relativos à educação da infância. (artigo 52). A formação de professores para o Ensino Primário deverá se dar da seguinte forma (artigo 53): em Escola Normal de Grau Ginásial, diplomando regentes¹ de Ensino Primário e as Escolas Normais de graus Colegial, diplomando professores de Ensino Primário. (BRASIL, 1961)

A formação de professores para o Ensino Médio ocorria em faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, conforme estipulado pelo artigo 59 (BRASIL, 1961). Já a preparação de professores para o curso primário se concentrava principalmente nos Cursos Normais, que podiam ser de nível ginásial ou colegial.

Conforme relatado na Revista Adventista (1972), diante da ausência de requisitos legais rigorosos, conforme observado por Floriano Santos, líder da União Sul Brasileira (USB) dos adventistas nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul, a instituição adventista permitiu certa adaptação em relação aos seus princípios fundamentais de educação. Isso resultou, durante o período de 1955 até o final dos anos de 1970, em uma administração que mantinha uma estrutura simples e modesta, composta por diversas pequenas escolas paroquiais que, em algumas situações, não atingiam o padrão de qualidade almejado pela filosofia adventista. A organização adventista parecia ajustar-se à condução de seu sistema educacional, cumprindo os requisitos mínimos da legislação vigente.

Passados dez anos desde a promulgação da LDB de 1961, entrou em vigor a nova legislação educacional, a Lei n. 5.692, sancionada em 11 de agosto de 1971. Ela estabeleceu as bases para a educação de 1º e 2º graus, introduzindo diversas reformulações que incluíam uma reorganização fundamental no sistema escolar brasileiro.

Conforme previsto na LDB de 1961, os professores das Escolas Primárias, formados por Escolas Normais de nível colegial, eram considerados elementos facilitadores devido à menor exigência em sua formação, o que facilitava a implementação das Escolas Primárias (BRASIL, 1961). Entretanto, essa condição sofreu uma mudança radical com a promulgação da Lei de 1971.

A Lei n. 5.692/1971 inicialmente alterou a nomenclatura dos ciclos da educação: o que era chamado de Ensino Primário foi denominado 1º Grau, e Ensino Médio ganhou o nome de 2º Grau (artigo 1, parágrafo primeiro). O 1º Grau passou a ter duração de oito anos (artigo 18) e ser ministrado a alunos de 7 a 14 anos (artigo 20), ao passo que para o 2º Grau foram definidos de três ou quatro anos (artigo 22). O artigo 30 trouxe exigências que provocaram radicais transformações nas escolas adventistas em virtude da obrigatoriedade de Ensino Superior para professores do ensino de 1º Grau (agora não mais 1ª à 4ª série, mas 1ª à 8ª série do 1º Grau) e também do 2º Grau (BRASIL, 1971).

¹ Regente do Ensino Primário difere do professor do Ensino Primário tanto em relação à formação quanto no que se refere à função. O regente era formado no nível chamado Ginásial (o que, pela organização atual, equivaleria ao Ensino Fundamental II, 5º ao 9º ano), já o professor primário era formado no nível chamado Colegial (atualmente Ensino Médio). O Ginásial e o Colegial eram considerados Ensino Secundário (4 anos + 3 anos, em média), diferentemente da etapa anterior, que era o Ensino Primário, com duração de 4 ou 5 anos. Quanto à função, o regente era um auxiliar do professor.

Art. 30. Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério:

- a) no ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª séries, habilitação específica de 2º grau;
- b) no ensino de 1º grau, da 5ª à 8ª séries, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1º grau obtida em curso de curta duração;
- c) em todo o ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente a licenciatura plena.

Adicionalmente, a legislação passou a exigir a orientação escolar, conforme estabelecido pelo artigo 10, cuja formação seria conduzida por meio de curso superior de Pedagogia, conforme disposto no artigo 33. Em decorrência dessas mudanças legais, as escolas interessadas em oferecer o 1º Grau (compreendendo as oito primeiras séries) foram obrigadas a compor seu corpo docente exclusivamente com professores com formação superior.

A Lei 5.692/71, que estabeleceu diretrizes e bases para o primeiro e o segundo graus, contemplou a Escola Normal e, no bojo da profissionalização obrigatória adotada para o segundo grau, transformou-a numa das habilitações desse nível de ensino, abolindo de vez a profissionalização antes ministrada em escola de nível ginasial. Assim, a já tradicional Escola Normal perdia o status de “escola” e, mesmo, de “curso”, diluindo-se numa das muitas habilitações profissionais do ensino de segundo grau, a chamada Habilitação Específica para o Magistério (HEM). Desapareciam os Institutos de Educação, e a formação de especialistas e professores para o Curso Normal passou a ser feita exclusivamente nos cursos de Pedagogia. (TANURI, 2000, p. 80)

Dessa forma, todo o sistema de formação de professores existente à época foi modificado, tanto em sua estrutura organizacional, quanto em sua filosofia e organização curricular, adquirindo um caráter produtivista e tecnicista. A esse respeito comenta Lira (2010, p. 80):

Para o cumprimento da nova legislação, buscou-se adequar as escolas do país na visão produtivista, por meio de uma pedagogia tecnicista que advogava uma reorganização do processo educativo, tornando-o mais objetivo e operacional e menos subjetivo e reflexivo. Entre as principais regulamentações determinadas pela Lei 5.692/71 destacam-se a ampliação da obrigatoriedade escolar de quatro para oito anos, extinguindo a separação entre o ensino primário de quatro anos e ginasial de mais quatro anos, aglutinando em apenas um bloco de oito anos de ensino, e suprimindo o exame de admissão para o antigo ginásio; a criação da escola profissionalizante para o ensino do 2º grau, com duração de três ou quatro anos; a inserção do ensino de Educação Moral e Cívica nas escolas; e a inserção de um currículo mínimo com disciplinas específicas para os anos finais do 1º grau e em todo o período do 2º grau.

Dessa maneira, não seria mais autorizada a existência de escolas com professores de formação básica, como Normal Ginasial ou Normal Colegial, que eram predominantemente encontradas no sistema adventista. Em setembro de 1972, ao abordar as influências da Lei n. 5.692/1971 sobre a educação adventista, Floriano Santos reconhece a condição em que se encontravam as escolas adventistas:

Em face da nova lei, não poderemos sequer pensar em continuar mantendo escolas ao nível da maioria das nossas escolas primárias paroquiais. (...) por aí percebemos que não podemos mais continuar pensando em escolas de fundo de porão de igreja, e onde apenas uma professora era a vítima e a heroína dessa situação. Um tremendo desafio é lançado à Igreja: ou nos atualizamos e nos aperfeiçoamos, ou sucumbimos com o nosso sistema educacional (Revista Adventista, Set., 1972, p. 24).

Menslin (2015, p. 79) afirma que:

Ao se aproximarem os anos finais da década de 1960, a educação adventista não mais acompanhou o ritmo de crescimento da igreja e seus membros, existindo assim um distanciamento entre o número de membros e igrejas e o número de alunos e escolas. Além desse distanciamento, ocorre a principal crise no desenvolvimento educacional adventista, que estabeleceria novos rumos para a educação adventista e, também, colocaria em xeque as bases filosóficas de sua ideologia – a institucionalização do ensino como educação formal, tendo como base a implantação da Lei de Diretrizes e Bases 5.692/71.

OS PRIMEIROS PASSOS NA REORGANIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL ADVENTISTA

A Lei n. 5.692/1971 impôs requisitos significativos às escolas primárias existentes no país, incluindo a maioria das escolas paroquiais ligadas a várias denominações confessionais, tanto católicas quanto protestantes. O sistema adventista de educação, predominantemente composto por escolas paroquiais (muitas delas localizadas em terrenos reduzidos nos fundos das igrejas), caracterizava-se por uma infraestrutura limitada e oferecia ensino apenas para as quatro primeiras séries do ensino primário. Diante desse cenário imposto pela legislação, essas escolas tinham que lidar com a necessidade de se ajustar, portanto passaram por um momento de reorganização e posterior consolidação. O pastor Nevil Gorski, então diretor do IAE, *campus* que posteriormente abrigaria a FAED, expressou, em entrevista concedida à autora deste artigo, suas observações sobre as condições das escolas adventistas nos primeiros anos da década de 1970:

Em entrevista concedida à autora deste texto, o Pr. Nevil Gorski informou que o fato de a Escolas Adventista serem simplesmente escolas primárias, ou escolas paroquiais, como era o título usado, seria necessário adequar às novas exigências legais, quanto aos prédios, ao ciclo básico de oito anos e à formação dos professores.

Para Schunemann (2005, p. 9-10), as mudanças exigidas a partir da nova lei se traduziram em um fator de impulso para o sistema educacional adventista, de modo que:

a consolidação das escolas paroquiais adventistas como uma rede expressiva ocorreu devido às mudanças legais exigidas pela LDB 5.672/71. A integração do primário com o ginásio, obrigando as escolas a oferecer escola de Primeiro Grau completo de oito anos [...] A nova legislação, além de ampliar o tempo do Ensino Básico obrigatório, relacionou várias exigências ao funcionamento das escolas, como espaço para educação física, bibliotecas e laboratórios.

O mesmo pensamento parece estar presente nas reflexões de Gross (1996, p. 62) ao analisar o panorama do sistema educacional adventista.

Obrigadas a implantar a 5ª série, e séries subsequentes até a 8ª, as escolas se viram obrigadas a sair dos porões e fundos de igreja e adquirir novas áreas, construir novos prédios, equipar-se melhor, investir em recursos físicos, materiais e humanos. A nova lei marcou o início da mais espetacular expansão de escolas adventistas.

Na edição de 1972 do periódico institucional da IASD, a *Revista Adventista*, já se expressava sobre a repercussão da crise no sistema educacional, evidenciando a redução no número de escolas em relação às igrejas e membros. As exigências da Lei n. 5.692/1971 tornavam impraticável a manutenção do sistema educacional adventista em sua configuração existente, gerando grande apreensão entre os administradores.

Em setembro de 1972, o presidente da União Sul Brasileira (USB), Roberto Azevedo, declarou: “Nestes últimos dias, estamos nos preocupando intensamente com as profundas implicações que esta lei [5.692/71] trouxe para o setor educacional de nossa Igreja” (*Revista Adventista*, Set. 1972, p. 24). Ele prossegue afirmando que:

Alguns países europeus já viveram esse momento, e alguns deles dolorosamente capitularam por razões várias, diante do desafio, e o resultado tem sido o mais sombrio o desalentador possível. Ao se fecharem as nossas escolas nesses países, começou a extinção da Igreja. (*Revista Adventista*, 1972, Set. p. 24).

Em 1972, diante das condições em que a educação adventista se encontrava e da urgência de enfrentar a crise no setor, Roberto Azevedo, assessor de educação na Associação Paulista (AP) e professor no IAE, participou ativamente das estratégias para revitalizar o projeto educacional da Igreja. Ele redigiu um artigo para a *Revista Adventista*, destacando de maneira clara a real situação. Intitulado “A obra mais importante”, o texto apresentava as seguintes informações:

Estamos na pátria da mocidade. Cerca de 55% da população brasileira tem menos de 20 anos de idade. [...]

Nossa euforia se transforma em preocupação quando pensamos nos 170 mil membros da Escola Sabatina. No mínimo 40% deles estão em idade escolar (do fundamental ao superior). Isto significa que devemos ter escolas para cerca de 68 mil jovens e juvenis. Temos em mãos um volume de dados que atestam o nosso descuido pela educação adventista no Brasil. [...]

Ocupamos o segundo lugar em número de membros, mas o quinto entre os países que possuem instituições educacionais adventistas.

O Brasil conta com 8% da população adventista, mas com apenas 2% de instituições educacionais adventistas.

Por incrível que pareça, na União que mais tem crescido em número de membros, não fundamos nenhum colégio nos últimos 22 anos! [...]

Na maior Associação do Brasil (e talvez do mundo), a Paulista, em 1941 havia 30% de alunos na escola primária (em relação ao número de membros) e, em 1971, apenas 6%. (*Revista Adventista*, 1972, Set. p. 12-13).

Destaca-se que, apesar de o sistema educacional adventista, da forma como estava estruturado,

se encontrar em situação desconfortável em decorrência das exigências da Lei n. 5.692/1971, havia certa concordância e entusiasmo com o teor geral desse dispositivo legal. Floriano Santos reconheceu que os princípios dessa legislação estavam em consonância com a filosofia educacional adventista, ou seja, a busca pela excelência no ensino. Lamentou, reconhecendo que a própria instituição havia se distanciado dessa filosofia e que agora, por força de lei, precisava voltar aos seus princípios (Revista Adventista, 1972, Set. p. 24).

Basicamente é esse também o teor das afirmações de Renato Emir Oberg, líder no Setor de Educação da IASD para as regiões Nordeste e parte do Sudeste, quando, em entrevista à *Revista Adventista* (1972), declarou:

A reforma do ensino no Brasil, que empresta um vigor todo especial à formação profissional do estudante já no fim do curso médio, está sendo recebida com grande entusiasmo pela família adventista: por toda parte corre um desejo de acompanhá-la, e os primeiros resultados já estão sendo notados. Aliás, há mais de meio século já a Sra. White chamava a atenção para esta necessidade, e hoje são os próprios responsáveis pelo ensino brasileiro que a compreendem. (Revista Adventista, Set. 1972, p. 12).

A narrativa sobre a inauguração de escolas em Belo Horizonte, Recife e Vitória que atendem aos requisitos da nova legislação continua. Em Aracaju e Salvador, estão em fase avançada de conclusão, e na região da Bahia se planeja criar uma escola agropastoril.

Na edição de fevereiro de 1973, a *Revista Adventista* relata que o Instituto Adventista do Paraná (IAP) foi inspecionado por representantes da Secretaria de Educação e do governo estadual.

Há duas semanas estiveram aqui três inspetores da Secretaria da Educação e Cultura do Paraná que ao concluir seu trabalho, após uma inspeção rigorosa em toda a escola, afirmaram que o IAP possui todas as condições para a implantação da Reforma do Ensino, tendo para tal até além do necessário. [...] O Serviço de Orientação Educacional, agora, obrigatoriamente exigido pela Lei 5.692, já há anos funciona nesta escola com orientador especializado. (Revista Adventista, Fev, 1973, p. 28).

No ano de 1972, no Estado do Rio de Janeiro, o Instituto Petropolitano de Ensino – agora conhecido como Instituto Petropolitano Adventista de Ensino – ajustava-se aos requisitos estabelecidos pela nova LDB. A edição de agosto desse mesmo ano da *Revista Adventista* anunciava o êxito da instituição em termos de matrículas, concessão de bolsas de estudo e conformidade legal dos cursos.

O Instituto Petropolitano de Ensino alcançou este ano um número recorde em sua história – mais de trezentos alunos se matricularam nos diversos cursos do hoje chamado ensino fundamental, [...] o IPAE logo estará funcionando plenamente dentro da reforma do ensino como preconizada pelo Governo, [...] todos os 15 professores que trabalham na instituição possuem formação universitária. (Revista Adventista, 1972, Set, p. 24).

Em um artigo da *Revista Adventista* datado de janeiro de 1977, o professor Renato Gross abordou de maneira elucidativa a transformação que ocorreu na educação adventista. Ao se referir

especificamente à Associação Paranaense (área administrativa da IASD no Estado do Paraná), ele descreveu as condições enfrentadas pela educação adventista em todo o território nacional. Também argumentou que a Lei n. 5.692/1971 estabeleceu condições que impuseram ao sistema educacional adventista a necessidade de se envolver em mudanças e adaptações.

Quando, a 11 de agosto de 1971, o Presidente Emílio G. Médici sancionou a Lei n.º 5.692, fixando as Diretrizes e Bases para o ensino de 1.º e 2.º graus em todo território nacional, a Igreja Adventista viu-se diante de um enorme desafio. Com escolas pequenas e acanhadas, em sua maioria nos fundos e porões de Igrejas, mal equipadas, com elemento humano em bom número sem habilitação legal, os membros desconscientizados do valor de nossa educação – diante deste panorama, como vencer o desafio que a mencionada lei apresentara? Como adaptar-se à nova realidade educacional brasileira? (Revista Adventista, Jan., 1977, p. 35).

Na edição de agosto de 1977, a *Revista Adventista* publicou o seguinte artigo em que destaca:

Conselho Regional de Educação [da Igreja Adventista] reúne-se em Brasília, sob a presidência do Pastor Nevil Gorski, diretor do Departamento de Educação da Divisão Sul-Americana. foi realizada em Brasília, DF, na sede da Divisão, a reunião do Conselho Regional de Educação. Discutindo importante temário, o Conselho, constituído de departamentais de educação de vários campos brasileiros e de administradores, elaborou planos de desenvolvimento na área da educação para que nossa igreja possa avançar ainda mais, de acordo com suas possibilidades, oferecendo às nossas crianças e aos jovens, escolas e colégios dentro dos altos padrões de ensino que os escritos do Espírito de Profecia² estabelecem e também de acordo com as normas legais estabelecidas pelo Ministério de Educação e Cultura. (Revista Adventista, 1977, Ago. p. 22).

JORNADA DOS PRIMEIROS DISCENTES DA FACULDADE ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO – FAED

A capa do *Jornal da FAED*, edição de 1978, ano 5, destacou uma frase que lançou luz sobre o perfil dos primeiros alunos da FAED. “Efetivamente, como era de se esperar, a maior parte dos estudantes que optaram por cursar a FAED consistia em professores das diversas escolas da Associação Paulista Leste da Igreja Adventista do Sétimo Dia, além de membros de outras associações na cidade de São Paulo”.

² A expressão “escritos do Espírito de Profecia” é uma referência usual dos adventistas para se referirem aos escritos de Ellen G. White.

Figura 1. *Jornal da FAED*, ano 5, n. 10

Fonte: Arquivo permanente UNASP – EC – 2018.

No mesmo jornal, havia também breves biografias de cada graduando da turma de 1978, elaboradas pelo diretor da FAED, professor Orlando R. Ritter, nas quais se evidencia a conexão deles com as escolas adventistas.

CAMINHOS EDUCACIONAIS: TRAÇANDO AS ORIGENS DOS ALUNOS E OS DESTINOS DOS EGRESSOS

Durante a pesquisa realizada, foram localizadas informações relevantes sobre a origem dos estudantes que optaram por cursar a FAED. Treze deles vinham de diferentes estados brasileiros, e um era proveniente de fora do país. A representatividade se dava da seguinte forma: discentes representantes das regiões Norte e Nordeste (cerca de 12%); do Sudeste e Centro-Oeste (cerca de 55%); da Região Sul (cerca de 28%); e do exterior (cerca de 5%) (SALES, 2019; 2022).

Conforme mencionado no *Jornal da FAED*, a maioria dos egressos da FAED já estava empregada em escolas adventistas, tanto em São Paulo quanto em diferentes regiões do Brasil. Quanto aos planos futuros, oito expressaram a intenção de continuar trabalhando em escolas adventistas, uma planejava dar continuidade aos estudos e, em relação aos demais, não há informações disponíveis.

No mesmo periódico, na edição do primeiro semestre de 1979, há um artigo sobre os graduandos desse ano. “Em 1979, o número de formandos da Faculdade Adventista de Educação aumentou para 28, em comparação com os 17 do ano anterior” (*JORNAL DA FAED* 1979, p. 6). Logo em seguida, o autor apresenta breves biografias de cada um deles, seguindo o mesmo formato já mencionado. O que se destaca é a semelhança: alunos provenientes de várias unidades federativas, a maioria com experiência em escolas adventistas, já engajados em atividades educacionais adventistas e com planos de continuar nesse sistema. Diversas frases ilustram esse compromisso,

como “Seu objetivo é contribuir para o Sistema Educacional Adventista” e “[...] embora tenha planos de cursar Belas Artes após a formatura, deseja dedicar-se ao ensino adventista” ” (JORNAL DA FAED 1979, p. 6).

Extraíndo-se as mesmas informações do Livro de Matrículas do ano de 1979, obtêm-se dados semelhantes para os quais a análise tem o mesmo resultado básico: São Paulo com maior incidência (cerca de 30%), e outros 11 estados representados. Embora a presença predominante seja de alunos paulistas (32%), a diversidade é notável, pois os outros 68% (23 alunos) provêm de 11 diferentes unidades federativas (LIVRO DE MATRÍCULAS FAED, s.d.:).

Com o propósito de aprofundar a compreensão do perfil dos ex-alunos formados na FAED/curso de Pedagogia e perceber a influência que a instituição desempenhou, foi elaborado um questionário, o qual foi disponibilizado em formato *on-line* e enviado individualmente por *e-mail* aos egressos. No momento da conclusão da pesquisa, haviam sido recebidas 90 respostas. Esses ex-estudantes se graduaram entre 1977 e 1999, e a maioria seguia a religião adventista durante o período do curso. Em relação à origem, a maioria vinha de São Paulo (43%), e os demais se distribuíam por 17 outras unidades federativas.

A pesquisa evidenciou outro aspecto significativo: a pronta inserção no mercado de trabalho dos recém-formados pelo curso de Pedagogia da FAED na rede adventista de educação. Ante a pergunta “Quanto tempo demorou para conseguir o primeiro emprego na área educacional?”, 85% afirmaram que foi imediato, já outros 7% disseram que isso ocorreu dentro do prazo de 1 ano, os demais informaram que foram atuar em outras áreas ou não trabalharam de imediato. Para dialogar com a resposta obtida, a pergunta seguinte questionava: “Em qual tipo de instituição você trabalhou inicialmente?”. O resultado revelou que 81,6% encontraram emprego em escolas adventistas, ao passo que 3,4% foram absorvidos por outras organizações adventistas (não relacionadas a escolas), e o restante em outras instituições.

É evidente que o curso de Pedagogia/FAED desempenhou e tem desempenhado um papel altamente significativo na rede educacional adventista, assim como nas escolas públicas em geral. Isso é notável pela rápida inserção dos graduados no mercado de trabalho, conforme ilustrado pelos resultados da pesquisa e pelos gráficos apresentados nos questionários.

[...] a FAED recebia a visita dos Departamentais de Educação e Presidentes de Campos da IASD. Essas visitas tinham como objetivo conhecer os alunos formandos e convidá-los para trabalharem após a formatura nas escolas e associações da organização adventistas por eles dirigidas. A maior parte dos alunos após a formatura já possuía destino certo de trabalho.

Os Presidentes de Campos tinham como objetivo principal conhecer os formandos do teológico, os pastores, e suas respectivas noivas ou esposas (que geralmente eram alunas da FAED), para então convidá-los para o trabalho. A partir da década de 80, com o aumento do número de alunos da FAED e do SALT, em vez dos Departamentais e Presidentes de Campos compareceram ao campus do UNASP, era preparado um livro com as fotos e informações dos alunos formandos. As informações consistiam em campo de origem (Associação da IASD que pertence), nome, idade, estado civil, ideal de trabalho, habilitações e um breve currículo da(o) aluna(o) e do respectivo cônjuge ou noivo(a). Este material era enviado para os

dirigentes da organização adventista em todo o Brasil, geralmente no final de outubro. Antes mesmo da formatura em dezembro, muitos alunos já haviam recebido o “chamado” para o trabalho em uma das escolas da Rede.

Juntamente com o diploma o aluno egresso recebia uma Carta de Recomendação que deveria ser entregue com sua documentação ao diretor da escola na qual trabalharia. Esta carta apresentava comentários sobre seu desempenho acadêmico e postura cristã, assinada pela coordenadora do curso de Pedagogia. (KLEIN, 2008, p. 67-68)

No entanto, a pesquisa também revelou outra contribuição significativa: a região circunvizinha à faculdade também foi capaz de absorver uma parcela considerável desses novos educadores. Embora os dados sobre a origem dos alunos da FAED indiquem que aproximadamente 68% vêm de outras unidades federativas, buscamos igualmente identificar o destino desses recém-formados em pedagogia.

Ao responderem à pergunta sobre o primeiro local de trabalho após a graduação na FAED, apenas 20,7% retornaram ao estado de origem. Em contraste, 32,2% estabeleceram-se nas proximidades da faculdade, e outros 37,9% optaram por atuar em locais diversos e os demais não atuaram profissionalmente.

É relevante notar que, durante os estágios ao longo do curso, a participação ativa dos estudantes ocorre principalmente nas cidades e bairros que circundam a FAED. Isso leva à conclusão de que a contribuição dessa instituição não se limita apenas ao fortalecimento das escolas do sistema educacional adventista em todo o Brasil, mas também exerce influência efetiva no território próximo de sua localização, incluindo o bairro do Capão Redondo, na região sul da cidade de São Paulo, e outros adjacentes como Jardim Irene, Jardim Ângela, Jardim Lilah, Valo Velho e Santo Amaro, além de cidades próximas como Itapeverica da Serra e Embu das Artes.

Na realidade, a própria FAED, como também o IAE, terminam recebendo uma contribuição também relevante, pois alguns formandos que haviam se destacado nos estudos acabavam sendo contratados e permanecem trabalhando em uma dessas instituições. Das 90 respostas obtidas, 9,2% se enquadravam nessa situação.

DEIXANDO UM LEGADO: O CURSO DE PEDAGOGIA/FAED

No artigo “FAED: religião, caráter e educação”, escrito pelo professor Orlando Ritter e publicado no periódico *O Magistral* em dezembro de 1977, temos algumas afirmações a respeito do objetivo da instituição em sua formação de professores: “Capacitar professores que creiam nos princípios e objetivos educacionais da IASD para elevar a qualidade do sistema educacional adventista” (RITTER, 1977, 30).

Há estudos em andamento objetivando formar professores de Educação Religiosa para as escolas adventistas do primeiro grau e, quem sabe, do segundo.

Para o próximo ano pretende-se enriquecer os programas dos cursos de Administração Escolar de modo a permitir que os administradores escolares formados pela FAED estejam também capacitados para assumir secretarias e tesourarias de escolas adventistas do primeiro grau. [...]

Além disso a FAED está capacitada a oferecer cursos de complementação

pedagógica a portadores de diplomas de outros cursos superiores, especialmente a FAT e FAE, no âmbito do próprio IAE.

[...]

Finalmente outra grande possibilidade seriamente cogitada é a do oferecimento de cursos de graduação com licenciatura curta nas três áreas fundamentais do currículo da escola do 1º grau (Comunicação e Expressão, Ciências Físicas e Biológicas e Estudos Sociais), permitindo assim que praticamente possam ser formados pela FAED, administradores, professores e demais pessoal das escolas adventistas do 1º grau. Nesse dia certamente as 160 vagas atuais não serão demasiadas.

[...]

Somadas essas consecuições com aulas oferecidas no período diurno e com estudos e pesquisas relativas ao Modelo Educacional Adventista a serem promovidos pelos professores dos vários departamentos da **FAED terá sido dado o grande passo para o estabelecimento definitivo da idoneidade e da maturidade do Sistema Educacional Adventista no Brasil, no qual à escola deverá estar reservado o honroso papel de antessala da cidadania celeste.** (RITTER, 1977, p. 30, grifo nosso)

Em 1983, no então Conselho Federal de Educação do Ministério da Educação e Cultura (CFE/MEC), foi feita uma solicitação de Reconhecimento de Escola ou Curso de Nível Superior, buscando o reconhecimento das habilitações de Orientação Educacional e Supervisão Escolar. Na segunda página desse formulário de requerimento, no campo “Finalidades declaradas quando do pedido de autorização”, encontra-se uma declaração elucidativa sobre os objetivos da FAED:

- Suprir as necessidades de formação de professores dos Bairros e Cidades adjacentes à Escola.
- Ampliar o trabalho da Igreja Adventista do Sétimo Dia no ramo da Educação e preparar professores devidamente habilitados para a rede escolar adventista no âmbito nacional. (BRASIL, CFE/MEC, 1983, s. p.)

A FAED emerge, assim, em um momento estratégico e propício. Diante das circunstâncias, revela-se como uma ferramenta crucial na restauração da qualidade do ensino da educação adventista, capacitando os profissionais necessários para atender às exigências da Lei n. 5.692/1971 e consolidar tanto a rede de ensino quanto a filosofia institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou evidenciar a contribuição do curso de Pedagogia/FAED para a formação de professores e a educação adventista no Brasil. É notório que a criação dessa faculdade revelou-se de grande importância ao reerguimento da educação adventista durante os anos de 1970 e 1980, marcados por significativas dificuldades enfrentadas por esse sistema. A instituição torna-se o celeiro de profissionais indispensáveis para suprir a demanda decorrente das circunstâncias aqui delineadas.

À medida que o tempo avança, observa-se que grande parte dos dirigentes do sistema educacional adventista – que desempenham funções como diretores, coordenadores e orientadores,

além daqueles incumbidos de tarefas administrativas nos escritórios da mantenedora, como secretários, coordenadores e departamentais de educação – foi formada pela FAED.

A educação adventista enfrentou inúmeras dificuldades nos anos de 1970 para manter seu sistema educacional. Suas escolas paroquiais, em sua maioria, não possuíam prédios próprios e funcionavam nas dependências das próprias igrejas (salas anexas); em raras situações, contavam com mais de duas salas de aula, e uma professora normalista ministrava aulas para até duas séries no mesmo ambiente.

A Lei n. 5.692/1971 estabeleceu novos parâmetros para o funcionamento do Ensino Primário, evidenciando que as escolas adventistas estavam distantes de atender a tais requisitos legais. Diante desse cenário, foi necessário tomar decisões estratégicas com vistas a aprimorar as condições físicas e de pessoal dessas instituições, adequando-as às demandas legais e efetivamente criando uma rede de ensino, superando a mera presença de escolas interligadas apenas pelo nome Escola Adventista. Como parte desse processo, surgiu a iniciativa da criação de um curso superior de educação com o propósito de formar professores, orientadores, coordenadores e administradores, visando a suprir as necessidades de pessoal da rede de ensino.

Nesse contexto, a pesquisa realizada constatou que o curso de Pedagogia/FAED atingiu os objetivos para os quais foi criado: formar professores e lideranças educacionais da IASD em conformidade com os princípios filosóficos da instituição.

A quase totalidade dos alunos que ingressa na FAED mantém uma ligação direta com a Igreja Adventista. A maioria professa a fé adventista, muitos são professores e funcionários de instituições educacionais da IASD. Após concluírem seus estudos, quase todos encontram emprego em curto período de tempo, seja na própria rede educacional adventista, seja nos setores administrativos da organização adventista relacionados à educação.

Dessa forma, o curso de Pedagogia/FAED e todos os outros voltados à formação de professores criados posteriormente, seja no IAE/UNASP, seja nas demais instituições da IASD como Faculdade Adventista da Bahia – Centro Universitário Adventista do Nordeste (FADBA/UNIAENE), Instituto Adventista Paranaense (IAP), Faculdade Adventista de Minas Gerais (FADMINAS) e Faculdade Adventista da Amazônia (FAAMA) desempenham eficazmente seu propósito primordial: formar professores e gestores para o cumprimento da missão comprometidos com a filosofia educacional adventista, compartilhando a mesma fé e levando o conhecimento a crianças e jovens que ingressam ano após ano nas escolas da rede adventista. Dessa forma, consolidam cada vez mais esse sistema de ensino que ultrapassa os ensinamentos da sala de aula.

REFERÊNCIAS

ACERVO Revista Adventista. Disponível em: <https://acervo.cpb.com.br/ra>. Acesso em: 14 set. 2023.

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Ministério da Educação. Reconhecimento de Escola ou Curso de Nível Superior, 1983.

BRASIL. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm. Acesso em: 14 set. 2023.

BRASIL. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as diretrizes para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em: 14 set. 2023.

BURKE, P. **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 4. ed. Tradução de Ephaim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Maria M. Galhardo. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

FARIA FILHO, L. M.; BERTUCCI, L. M. Experiência e cultura: contribuições de E. P. Thompson para uma história social da escolarização. **Currículo sem Fronteiras**, v. 9, n. 1, p. 10-24, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss1articles/1-fariafilho-bertucci.pdf>. Acesso em: 14 set. 2023.

GREENLEAF, F. **Terra de esperança**: o crescimento da Igreja Adventista do Sétimo dia na América do Sul. Tradução de Cecília Eller Nascimento. Tatuí: CPB, 2011.

GROSS, R. **Colégio Internacional de Curitiba**. Rio de Janeiro: Collins Editora, 1996.

JORNAL DA FAED. Cópia digitalizada.

KLEIN, D. **Pedagogia na colina**: A Faculdade Adventista de Educação da Universidade Adventista de São Paulo de 1971 a 1999. 2008. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2008. Disponível em: https://bibliotecatede.uninove.br/bitstream/tede/379/1/B_Debora%20Klein.pdf. Acesso em: 14 set. 2023.

LIRA, A. T. N. **A legislação da educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985)**: um espaço de disputas. 2010. 367 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

MENSLIN, D. **Educação adventista**: 120 anos de escolas paroquiais a uma rede de ensino: permanências e rupturas de um ideário educacional. Curitiba: Ed. DVK, 2015.

PALLARES-BURKE, M. L. G. **As muitas faces da história**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

REVISTA ADVENTISTA. Disponível em: <https://acervo.cpb.com.br/ra>. Acesso em: 14 set. 2023.

RITTER, O. FAED: religião, caráter e educação. **O Magistral**, ano 4, n. 10, dez. 1977.

SALES, G. G. P. **A Faculdade Adventista de Educação – FAED (1973-1999)**: o curso de Pedagogia e suas contribuições para a formação de professores no Brasil. 2019. 416 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita

Filho”, Marília, 2019. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/Educacao/Dissertacoes/sales_ggp_do_mar.pdf. Acesso em: 14 set. 2023.

SALES, G. G. P. **História da formação docente por meio da Faculdade Adventista de Educação – FAED: contribuições para a formação de professores no Brasil**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Ed. Unesp/Cultura Acadêmica, 2022.

SCHUNEMMANN, H. E. O desenvolvimento das escolas paroquiais adventistas no Brasil. **Comunicações**, ano 12, n. 1, p. 1-8, jul. 2005.

TANURI, L. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 61-88, maio/ago. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/HsQ3sYP3nM8mSGSqVy8zLgS/>. Acesso em: 14 set. 2023.

WHITE, E. G. **Educação**. Tatuí: CPB, 2007.